

JORNAL

JUVENTUDE & TERRITÓRIO

Comunicação popular:
um direito que garante
outros direitos



EDIÇÃO Nº 04
JUNHO / 26

ACESSE



www.bemtv.org.br

Conheça os manifestos
da Agência Jovens
Comunicadoras

PÁGINAS 6 E 7

Mulheres
fortalecem
a cena hip-hop
e a arte urbana
em São Gonçalo

PÁGINA 4

**Mães atípicas
denunciam
sobrecarga
e falta de
acesso a
direitos em
São Gonçalo**

PÁGINA 10

EDITORIAL

O jornal que você está lendo é resultado da Agência Jovens Comunicadoras pela Igualdade de Gênero, projeto realizado pela BemTV com jovens de territórios populares de São Gonçalo a partir da comunicação popular, da educação dialógica e da leitura crítica do território. Ao longo da formação, as jovens participaram de oficinas, rodas de conversa e produções colaborativas voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e da desinformação.

A formação partiu da ideia de que o território é espaço de memória, disputa e construção coletiva. Por isso, os conteúdos produzidos durante o processo nasceram das próprias experiências das participantes, conectando comunicação, cotidiano e direito à cidade.

Nesta edição, além de reportagens e produções comunitárias, apresentamos manifestos autorais escritos pelas jovens comunicadoras sobre suas vivências, trajetórias e percepções sobre gênero, violência, cuidado e resistência. Essas narrativas transformam experiências individuais em reflexão coletiva e reforçam a comunicação como instrumento de incidência política e fortalecimento das periferias.

A BemTV atua há mais de três décadas com mídia e educação junto às juventudes e territórios populares da região metropolitana do Rio de Janeiro, fortalecendo processos de comunicação comunitária, participação social e incidência política.

AFINAL, O QUE É IDENTIDADE DE GÊNERO?

BEATRIZ COSTA DE OLIVEIRA

Já se perguntou o que é essa expressão que parece tão misteriosa e polêmica?

A identidade de gênero é a forma individual de como cada ser humano se sente ou se percebe internamente e isso pode ou não corresponder com o gênero atribuído ao indivíduo no seu nascimento.

Apesar de se achar que isso é algo novo, existem diversas expressões de gênero ao longo da nossa história, para além das identidades femininas e masculinas, mas também de pessoas que transitavam entre os papéis de gênero que não se encaixavam no masculino ou feminino

Então não se esqueça!

Identidade de Gênero é sobre quem você é e como se sente internamente.

Orientação sexual é sobre por quem você se sente atraído afetivamente, o que significa que uma pessoa trans pode por exemplo ser heterossexual, lésbica, gay, bissexual e etc.

Expressão de Gênero é sobre como você se comporta publicamente através das suas roupas, comportamento e estética.

Implanon: O que você precisa saber sobre o contraceptivo?

Prático, discreto e eficaz, o método tem ganhado espaço, mas precisa de informação sobre benefícios, efeitos colaterais e aplicação no SUS.



Geovana Figueiredo e Jéssica Telles

Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, de 2025, revelou que 55% das gestações no Brasil não são planejadas. Mais da metade das brasileiras que tiveram filhos durante o período da pesquisa não desejavam engravidar. Entre os motivos estão a falta de acesso a informação sobre métodos contraceptivos eficazes e a dificuldade de adaptação ao uso de pílulas anticoncepcionais.

O planejamento reprodutivo deve ser garantido como um direito de escolha das mulheres. Como parte das políticas para ampliar o acesso à contracepção, o Ministério da Saúde passou a oferecer gratuitamente o Implanon nas unidades de saúde. O método consiste em um pequeno implante inserido sob a pele do bra-

ço, com anestesia local, que libera hormônios gradualmente para evitar a gestação por até três anos. Segundo o G1, sua eficácia é superior a 99,95%, índice maior do que o de contraceptivos em pílula. Apesar disso, especialistas reforçam que apenas o uso da camisinha protege contra ISTs (infecções sexualmente transmissíveis), sendo indispensável mesmo para quem utiliza o Implanon. Kamilly Cristina, de 23 anos, relatou sua experiência ao colocar o implanon pelo SUS. “Escolhi por ser mais protegido e por não ter que lembrar todos os dias de tomar medicação”, explica. Para acessar o serviço, ela comenta que: “Foi um processo demorado. Precisei fazer planejamento familiar pelo posto, exames

e acompanhamento médico até conseguir”. Apesar de citar efeitos colaterais como cansaço, ansiedade, dores de cabeça, Kamilly destaca que o método sendo oferecido gratuitamente pelo SUS faz diferença na vida das mulheres “O implanon faz grande diferença na vida de muitas mulheres, principalmente ao oferecer eficácia e praticidade, ele ajuda a melhorar as dores e fluxo. É seguro para puérperas e tem também a reversibilidade” afirma. Em São Gonçalo o método já está disponível em quatro unidades: Clínicas Municipais do Mutondo e Colubandê, Polo Sanitário Augusto Sena e Unidade de Saúde da Família (USF) Luís Carlos Prestes. Para agendar procure a unidade de saúde mais próxima de sua residência e solicite o agendamento.



Protagonismo Feminino e Cidadania em São Gonçalo

ONG Mulheres da Parada oferece cursos com foco na capacitação e autonomia de Mulheres

Akira Victória Dantas e Raíza Santos

Diante da falta de amparo social nos bairros entre Santa Isabel e Sacramento, a ativista Letícia da Hora, criou em 2020, o coletivo Mulheres da Parada, na comunidade da Parada São Jorge, com o objetivo de acolher e desenvolver mulheres em seus diferentes atravessamentos. Danyella Euzébio, vice-diretora da instituição, relata que tudo começou na pandemia com a ação do Mercadinho Solidário, através da colaboração de vizinhos e amigos que abraçaram a causa junto com Letícia, o que, mais tarde, veio a tornar-se uma organização maior como é hoje. Ela conta que o projeto tem como compromisso a igualdade de gênero, atuando com uma equipe feminina em prol do público feminino.

Em entrevista, Ângela Carvalho, confeiteira e ex-aluna, relatou que o Mercadinho Solidário ajudou sua família na época da Covid-19. Somado a isso, todo aprendizado adquirido no curso de confeitaria resultou em oportunidades profissionais. Enfatizando a possibilidade de gerir seu trabalho no conforto do lar. A ex-aluna contou que uma das suas especialidades são os doces veganos, bem como elaborou sua própria pipoca gourmet, que não é feita com milho de pipoca Mushroom (milho cogumelo), mas sim com milho simples e sem óleo. A ONG percebeu que, para além de dar suporte alimentar, era necessário promover capacitação com foco na geração de renda e autonomia às mulheres da comunidade. Como consequência do impacto positivo, estenderam o alcance territorial. Entre as atividades oferecidas, o projeto Donas da Parada oferece o curso de confeitaria (esse ano com recorte para candidatas oriundas de violência) e o curso de trançista; além do projeto Energia da Parada (energia fotovoltaica) e Casa Agro, com foco em conscientização ambiental na região.

EXPE-DI-ENTE

Coordenação de Comunicação: Veronica Silva
Revisão: Veronica Silva
Identidade visual: Ysis Policarpo
Projeto gráfico: Viviana Assunção
Diagramação: Sidinei Nunes
Coordenação Executiva: Daniela Araujo
Coordenação Financeira: Ana Lucia Nunes
Coordenação Pedagógica: Douglas Campos
Monitoria: Angel Lucas Melo
Estagiária: Jaqueline Araujo

Impressão: Gráfica A Tribuna | Tiragem: 2.000 exemplares | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

FALE CONOSCO: 21 3604-1500

Bem Tv

E-mail: bemtv@bemtv.org.br

Instagram: @bem.tv

YouTube: @CanalBemTv

Facebook: fb.com/bemtv.official

LinkedIn: bemtv-educacao-e-comunicacao

REALIZAÇÃO

realização:



parceria:



patrocínio:



Joyce Christine e Vitória de Araujo

Mulheres fortalecem a cena hip-hop e a arte urbana em São Gonçalo

Coletivos culturais, projetos gratuitos e intervenções urbanas ampliam a presença feminina e transformam a relação da cidade com a arte

Durante muitos anos, a cena hip-hop foi marcada pela presença majoritária de homens, tanto nos palcos quanto nos espaços de organização cultural. Mulheres que participam do movimento frequentemente enfrentam dificuldades para conquistar visibilidade, reconhecimento e respeito. Ainda assim, artistas, produtoras, MCs, dançarinas e grafiteiras vêm ampliando sua presença e utilizando a cultura hip-hop como ferramenta de expressão, resistência e transformação social.

Em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, coletivos e rodas culturais têm incentivado uma cena mais inclusiva. A Roda Cultural de Alcântara (RCA), por exemplo, afirma buscar espaço para diferentes públicos dentro do movimento. Em resposta à reportagem, integrantes da organização destacaram que o evento procura priorizar minorias e incentivar novos artistas, incluindo mulheres, DJs trans, grafiteiras e participantes das batalhas de rima.

Segundo o coletivo, apesar de o público ainda ser majoritariamente masculino, a presença feminina na cena local vem crescendo. Além das iniciativas gonçalenses, o estado do Rio de Janeiro também conta com movimentos como a Frente Nacional de Mulheres no Hip-Hop, que atua na valorização e no fortalecimento das mulheres dentro da cultura hip-hop por meio de eventos, debates e articulações culturais.

A arte não tem raça, classe social, gênero ou idade

Projetos culturais vêm ampliando o acesso à arte em São Gonçalo. Entre eles está o “Cria de São Gonçalo” (Cria SG), programa gratuito criado para oferecer cursos a jovens e adultos de diferentes bairros, etnias e gêneros do município. Dança contemporânea, música coral, teatro e musicalização estão entre as ati-

vidades oferecidas neste ano.

As aulas acontecem no Teatro Municipal de São Gonçalo, localizado no centro da cidade, e buscam aproximar a população de diferentes linguagens artísticas.

A arte está invadindo tudo

Outro destaque cultural em São Gonçalo é o projeto “Cidade Ilustrada”. A iniciativa promove Invasões artísticas urbanas por meio de murais e grafites espalhados por diferentes bairros do município. A valorização da identidade local através das cores

também vem dando visibilidade a artistas gonçalenses, transformando espaços públicos em galerias a céu aberto.

O projeto fortalece a representatividade cultural e aproxima a população da arte urbana e da história da cidade. Entre os trabalhos realizados está o mural “Povo Preto de São Gonçalo”, que homenageia personalidades negras ligadas à música, à memória, à imprensa, à televisão e ao cinema.

Outro espaço de destaque é a Casa das Artes de São Gonçalo, que promove exposições, oficinas, encontros culturais e ati-

vidades voltadas à produção artística local. Já o Teatro Municipal de São Gonçalo também recebe peças teatrais de grupos gonçalenses e de outras cidades, além de palestras e aulas.

As praças revitalizadas e os murais espalhados pela cidade já fazem parte do novo cenário artístico gonçalense, levando arte e cultura para o cotidiano da população e reforçando a identidade cultural local. São Gonçalo passa por um processo de transformação em que a arte ocupa, cada vez mais, os espaços públicos da cidade.



UMA HISTÓRIA QUE INSPIRA NOVAS HISTÓRIAS



O Havia algo sendo compartilhado entre gerações naquela sessão do Cine&Manas na formação da Agência Jovens Comunicadoras pela Igualdade de Gênero, da Bem TV. Não era só um filme sendo exibido. Era a chegada de uma memória coletiva em um novo tempo-espaço.

Como a história de uma mulher negra nascida em 1904 atravessa a vida de uma jovem moradora de São Gonçalo em 2026? Talvez o cinema consiga responder. Ou talvez ele apenas faça aparecer histórias que estavam esperando o momento certo para serem contadas.

O Cine&Manas, circuito de cinema brasileiro dirigido por mulheres, nasceu do desejo de criar espaços onde o cinema também fosse ferramenta de escuta, formação crítica e transformação social. Foi desse lugar que surgiu a escolha de exibir Laudelina e a Felicidade Guerreira, dirigido por Milena Manfredini, em curadoria construída por Gabriela Gonçalves.

Então Laudelina apareceu na tela.

Laudelina de Campos Melo nasceu menos de duas décadas após a abolição da es-

cravidão. Mulher negra e ativista. Lutou pelos direitos das trabalhadoras domésticas e pela criação da primeira associação da categoria no país. Sua luta falava também sobre dignidade, descanso e o direito de existir para além de sobreviver.

E enquanto Laudelina atravessava a tela, outras histórias começavam a se mover dentro daquela sala. Vieram memórias das mães, avós e mulheres que sustentam casas inteiras enquanto o mundo quase nunca reconhece seus nomes.

O dia 13 de maio costuma aparecer nos livros como a data oficial do fim da escravidão. Mas as histórias de Laudelina e de tantas outras mulheres negras lembram que a liberdade nunca chegou inteira, que ainda hoje ela precisa ser conquistada e que todas as camadas de uma sociedade precisam estar

juntas nesse compromisso.

Talvez por isso, fazer, exibir e assistir um filme como esse importe tanto. Para impulsionar que velhas histórias construam novos caminhos.

Por Carolina Rodríguez
Produtora Criativa
Realizadora do Cine&Manas

COMO A HISTÓRIA DE UMA MULHER NEGRA NASCIDA EM 1904 ATRAVESSA A VIDA DE UMA JOVEM MORADORA DE SÃO GONÇALO EM 2026?

Joyce Christine

FINAL DE SEMANA SEGURO

Duas viaturas em frente ao shopping da BR, em São Gonçalo, exatamente no ponto de ônibus, fazendo a segurança do local em uma sexta-feira de movimento. Pergunto-me como seria se eles estivessem aqui na segunda-feira, quando a garçonete foi assaltada; ou na terça, quando a tia da limpeza tentou fugir entrando no primeiro ônibus que viu

para não ser roubada; ou na quarta, quando o cara da cozinha quase perdeu a vida ao tentar reagir; ou ainda na quinta, quando eu fiquei uma hora a mais esperando meus colegas para não ficar sozinha no ponto.

Mas hoje, sexta-feira, dia de pico, a segurança está presente para quem veio gastar.

O PREÇO JUSTO

Todo gonçalense sabe como é difícil pegar ônibus em São Gonçalo. Tem pessoas que fazem o mesmo trajeto, no mesmo ônibus: umas levam uma hora; outras, vinte minutos. Tudo depende de onde vão pegar.

E o que elas têm em comum? Pagam o mesmo preço.

“EM VENEZA”

Eu senti areia nos meus pés, como se eu estivesse à beira da praia. Escutei o som da água, como se houvesse uma cachoeira ao meu lado, a água era gelada, e isso me ajudou a acordar. E mal sabia que as coisas que boiavam não eram peixes, e sim meus documentos. A areia, na verdade, era lama. E, olhando pela janela, parecia que eu estava em Veneza: era um alagamento em São Gonçalo.

CONHEÇA OS MANIFESTOS DA Agência Jovens Comunicadoras pela Igualdade de Gênero

A Agência de Jovens Comunicadoras pela Igualdade de Gênero reuniu jovens de territórios populares de São Gonçalo em uma formação baseada em comunicação popular, direitos humanos e leitura crítica do território. As jovens debatem temas como mídia e poder, identidade coletiva, proteção social,

saúde das populações e enfrentamento às desigualdades de gênero. Entre as produções desenvolvidas, também elaboraram manifestos autorais sobre suas próprias trajetórias, transformando experiências atravessadas por violências, discriminações e resistências em narrativas de denúncia, memória e afirmação coletiva.

Desde criança, escuto que mulheres devem seguir um padrão: ficar no fogão, varrer o chão, arrumar a casa, não se vestir de forma ousada. E cá estou eu, mulher, lésbica e desfem, respondona, me vestindo de forma "ousada" para o padrão, soltando pipa, jogando bola e dizendo que, se você tem dois braços e duas pernas, também pode ajudar nas tarefas domésticas.

Eu sou uma mulher que ama mulheres. Eu sou forte e sou orgulhosa. Eu não vou me esconder ou me envergonhar. Eu vou viver minha verdade, eu vou ser eu mesma. Eu sou uma filha, uma irmã, uma mãe, uma amante. Eu sou uma mulher que ama outras mulheres. Eu vou lutar por meus direitos, eu vou lutar por meu amor. Eu vou ser ouvida, eu vou ser respeitada. Eu sou uma força da natureza, eu sou uma revolução. Eu sou feita das fêmeas e eu estou aqui para ficar.

"Corro devagar porque o meu tempo é outro."

Já se questionou sobre seu tempo hoje?
Já se questionou sobre seu tempo precisar ser igual ao dos outros, mesmo tendo um corpo totalmente diferente?
Já pensou que o seu corpo ser diferente faz a necessidade de seu tempo ser outro?
Então por que cobrados das pessoas o mesmo "tempo" mesmo tendo corporalidades diferentes, e realidade que nos cobram outras demandas da vida?
Isso só nos faz criar mais questionamentos irrealistas, de que talvez, se eu correr, consiga acompanhar quem já nasceu vencendo a corrida, ou de que se eu me esforçar mais, acordando mais cedo, estudando mais, trabalhando enquanto eles dormem, eu consiga finalmente correr lado a lado com quem tem concorporalidade totalmente diferente da minha. Não dá pra cobrar de quem não recebe o mínimo, ou melhor, de quem não tem oportunidade de receber nada!
A cobrança de uma pessoa não branca, não pode ser a mesma de uma pessoa branca. A cobrança de uma pessoa cis não pode ser a mesma de uma pessoa trans.
As cobranças não podem ser iguais se não nos dão os mesmo equipamentos de corrida.

O que a sociedade mais odeia? O suicídio ou o feminicídio? Com um tiro na cabeça, dentro de casa. Morta ou assassinada? A sociedade odeia o suicídio porque interrompe o serviço. A utilidade do corpo: trabalho. O feminicídio é mais um absurdo. Se não é útil para o meu querer, não merece viver. Por quê?

Eu corro, eu corro... Me canso mas continuo a correr. E quanto mais perto estou de chegar mais longe fica a linha de chegada. Mas sigo acreditando, por mim, pelos meus, que o amanhã é um dia que vale a pena ser vivido, mesmo que o caminho me cause medo.
Eu quero gritar, mas a voz falha, sinto raiva! E as vezes me afogo no gosto amargo de sentir o peso das injustiças e a vida continuar normal, nós gritamos, choramos e ninguém escuta! Então ousamos sorrir...
Torço para que eu não me despedaça na tentativa de ser "alguém". Pq afinal, o que é ser alguém?
Só quero estar livre, forte e VIVA!
Ass: mulhércansada

O Jardim Catarina tem muitas coisas além de tiroteio e barricada. Em um território tão grande, que é dividido em novo, velho e novíssimo, vivem diversas pessoas que carregam consigo histórias incríveis. Temos cultura, temos lazer, temos cursos gratuitos, postos de saúde com médicos de qualidade e isso muitas das vezes é esquecido e abafado pelas notícias ruins que surgem sobre a segurança do bairro.

Fiz um trato com uma coisa.
Me prometeu meu amor
se eu matasse 1000 criminosos.
Eu não sabia quais seriam criminosos.
Mas a coisa me disse que eu saberia.
Matei o primeiro, depois o décimo.
E por aí fui até perder as contas.
Meu terno agora vermelho.
Ao anoitecer, eu procurei.
Empilho 999 corações num altar que ninguém vê.
A coisa jurou: me devolve minha outra metade quando o milésimo cair.
A entidade apontou para o meu peito e sorriu
O milésimo homem caiu.
Meu amor voltou.
Mas não pra mim.
"Quis tocar o céu mas terminou no chão" Emicida.

Em um sistema que a vida é sagrada, mas o sagrado é seletivo, é um sagrado racista, misógino, elitista e transfóbico. O direito à vida é relativo de acordo com ideais e identidades.
Por fim me diga, o que é a vida? Existir é o mesmo que viver?
Em que momento o direito à vida deixa de ser incontestável e se torna relativo?
Me sinto jovem de novo apesar de perder a alma nas CLT
A vida é só um sopro e nada de ruim eu quero lembrar outra vez
Diga aos meus inimigos secretos que apesar de me excluírem, eu venci e estou bem
Nem tudo é dinheiro, mas é ele que me faz refém
A padrões no mercado hoje em dia que eu nunca conseguiria alcançar
Apesar de tudo, estudo e o conhecimento, por algum motivo eles vão me vetar
Se é por eu ser jovem? se é para eu ser preta?
Essa vitória é que eu nunca vou dar!
Somos fortes o suficiente para seguir
Somos fortes o suficiente para abrir a boca lutar
Somos jovens, e além de ser jovem eu sou preta!

Se eu pudesse mostrar algo para a classe trabalhadora do mundo inteiro, mostraria o poder que ela tem de mudar o mundo quando está unida, e mostraria a realidade que a humanidade está vivendo pela falta da união. E se eu pudesse fazê-los entender algo, faria entendê-los o quão injusto é ter pessoas morrendo de fome, pessoas vivendo apenas para trabalhar e não vivendo de fato, apenas sobrevivendo.

Questiono
O que em mim sou eu
E o que em mim são eles
Sou eu, um ser silencioso?
Ou uma criatura ferida?

Sou eu um espectro melancólico?
Ou alguém que teme a vida?
Sou eu um sorriso persistente?
Ou uma mentira desmedida?

E enquanto questiono
Em mim encontro
Quem sou eu
É então...
Questiono!

Como nossos corpos ocupam o território em que vivemos?
Em São Gonçalo, existem muitas ausências.
Faltam recursos, faltam espaços, faltam políticas que realmente alcancem quem vive aqui.
Também falta informação.
Muita gente não sabe o que existe no próprio território, o que pode acessar ou até onde pode ir.
E mesmo quando existe, isso não garante que todos vão viver esses espaços da mesma forma.
O Parque Nosso Sonho, por exemplo, é um espaço recente, pensado para lazer.
Tem pista de corrida, área aberta, estrutura.
Mas, antes mesmo de sair de casa, nem todo mundo parte do mesmo lugar.
Tem gente que só vai.
E tem mulher que precisa pensar na roupa que vai vestir, no horário que pode ir, no horário que precisa voltar.
Precisa pensar no trajeto, no entorno, em como vai ser vista.
O território não é vivido de forma igual.
Gênero atravessa essa experiência.
Define quem ocupa com tranquilidade e quem ocupa com atenção.
Tem gente que usa o espaço.
Tem gente que calcula o uso.
Em algum momento, certos corpos passaram a ser vistos como inadequados em determinados lugares.
Viver em São Gonçalo não deveria significar apenas ter acesso a um espaço.
Deveria significar poder estar nele sem precisar se ajustar o tempo todo.

**Bárbara Ferreira e
Emanuelle Mendonça**

Denunciar a violência doméstica nunca é simples. Em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, muitas mulheres enfrentam um obstáculo antes mesmo de chegar à delegacia: o custo do transporte público. A dificuldade de circulação pela cidade, somada à distância entre os serviços de atendimento, pode transformar a busca por proteção em um percurso cansativo, caro e, muitas vezes, inviável.

O problema é analisado na dissertação de mestrado “A escalaridade do corpo na violência contra mulher”, da pesquisadora Carolina da Silva Santos, da UERJ. No estudo, a autora criou a personagem Clara, moradora do bairro de Tribobó, para representar o caminho percorrido por mulheres vítimas de violência em São Gonçalo.

Para registrar a agressão, Clara precisa passar por diferentes instituições da rede de atendimento. O trajeto inclui a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), o Instituto Médico-Legal (IML), em Niterói, e o centro de atendimento localizado em Neves. Em 2021, o percurso completo custava cerca de R\$25 em passagens. Com os reajustes tarifários registrados entre 2025 e 2026, o valor subiu para R\$30,85, além de aproximadamente três horas de deslocamento em ônibus.

A pesquisa mostra que a violência não se limita ao espaço doméstico. Segundo Carolina, a própria estrutura urbana também produz barreiras para mulheres que tentam acessar direitos básicos e serviços de proteção. “O corpo da mulher é agredido dentro de casa, mas também é violentado pela cidade quando ela precisa buscar ajuda. A mulher desiste da denúncia e continua presa, não só ao agressor, mas também à catraca”, afirma a pesquisadora.

São Gonçalo está entre os municípios com mais registros de violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) apontam que, entre 2004 e 2018, foram registradas mais de 45 mil denúncias de violência física no município.

Além da violência, a dependência financeira também aparece como um fator decisivo. Dados do DataSenado mostram que 61% das mulheres deixam

A catraca que prende: transporte caro impede denúncia de violência em São Gonçalo



Pesquisa da UERJ mostra que mulheres gastam mais de R\$ 30 só para percorrer circuito de atendimento; falta de passagem é uma das principais causas de desistência de denúncia

de denunciar agressões por depender economicamente do agressor. Em muitos casos, as vítimas vivem com renda de até dois salários mínimos e precisam escolher entre gastar com alimentação, contas da casa ou passagens de ônibus para buscar atendimento.

Para especialistas e movimentos feministas, a ausência de integração entre os serviços públicos aprofunda a dificuldade de acesso à rede de proteção. Muitas vezes, mulheres precisam circular entre diferentes bairros e cidades para realizar exames, registrar ocorrência e receber acompanhamento psicológico ou jurídico.

Algumas cidades já adotaram políticas voltadas para reduzir esse impacto.

**EM NITERÓI,
O PROGRAMA
“VAI MULHER”
GARANTE
TRANSPORTE
GRATUITO
PARA VÍTIMAS
ATENDIDAS
PELO CENTRO
ESPECIALIZADO
DE ATENDIMENTO
À MULHER (CEAM).**

O estado do Rio de Janeiro também aprovou legislação de combate ao assédio nos ônibus. Já municípios como Magé implementaram políticas de Tarifa Zero no transporte público.

Em São Gonçalo, organizações feministas, pesquisadoras e moradoras cobram medidas semelhantes. Entre as propostas defendidas estão a criação de um passe livre para mulheres em situação de violência, maior integração entre os equipamentos da rede de atendimento e a descentralização dos serviços.

Para esses grupos, discutir mobilidade urbana também é discutir acesso à justiça e garantia de direitos. Sem transporte acessível, a denúncia deixa de ser apenas uma decisão individual e passa a depender das condições econômicas e estruturais oferecidas pela cidade.



MARIA CAROLINA CASTRO

O QUE É IGUALDADE DE GÊNERO?

Aphrodito Xavier e Beatriz Costa

A igualdade de gênero parte do princípio de que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos, oportunidades e tratamentos na sociedade. No Brasil, este princípio foi estabelecido na Constituição Federal de 1988, promulgada em 5 de outubro, que determina que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Apesar da legislação, as mulheres brasileiras ainda enfrentam desigualdades no mercado de trabalho e na divisão dos afazeres domésticos. Essas condições reforçam práticas machistas e misóginas, contribuindo para a manutenção de estruturas que tratam as mulheres de forma inferior.

A desigualdade de gênero não é um problema recente. Mesmo com conquistas históricas, como o direito ao voto, a inserção no mercado de trabalho e a criação de leis de proteção, como a Lei Maria da Penha, as mulheres ainda enfrentam desafios para garantir igualdade de direitos. Dados do IBGE de 2022 mostram que, embora representem 51,5% da população brasileira e tenham maior nível de escolaridade, as mulheres continuam submetidas a desigualdades estruturais: recebem cerca de 78% do rendimento dos homens, ocupam apenas 37,4% dos cargos gerenciais e dedicam o dobro do tempo aos trabalhos domésticos.

Em 2026, os debates sobre a redução dessas desigualdades têm se concentrado em pautas como a equiparação salarial, o combate à violência de gênero e a ampliação da participação feminina na política e na educação.

A expectativa é que, com o avanço dessas discussões e políticas públicas, mais mulheres conquistem igualdade de condições em relação aos homens. Ainda assim, movimentos sociais e organizações destacam que a continuidade da mobilização feminina segue sendo fundamental para ampliar direitos e garantir espaço na sociedade.

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Beatriz Costa, Geovanna da Conceição e Juliana Cordeiro

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para a organização da sociedade e para a promoção do bem-estar coletivo. São ações, programas e decisões desenvolvidas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da população, reduzir desigualdades e garantir direitos previstos na Constituição. Essas políticas podem abranger diversas áreas, como saúde, educação, segurança, habitação e assistência social.

PARA IGUALDADE DE GÊNERO

Políticas públicas para a igualdade de gênero são voltadas para garantir que mulheres e homens tenham os mesmos direitos, oportunidades e condições de participação na sociedade. Essas políticas buscam enfrentar desigualdades históricas, como a diferença salarial, a baixa representatividade feminina em cargos de liderança e a violência de gênero. Sua importância está no fato de promover justiça social e desenvolvimento. Quando há igualdade de gênero, toda a sociedade se beneficia. Entre as principais iniciativas estão leis de proteção contra a violência, incentivo à educação e capacitação profissional, políticas de saúde específicas e ações que ampliem a participação das mulheres na política e no mercado de trabalho. A implementação dessas políticas envolve governos, instituições públicas, organizações da sociedade civil e a população, que têm papel essencial na cobrança, fiscalização e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando a chuva cai, o racismo ambiental deixa de ser conceito e se transforma em água invadindo casas, lama destruindo documentos e esgoto espalhado pelas ruas

Desigualdades socioambientais atingem principalmente mulheres negras e periféricas no município

Ana Luiza Martins,
Davi Zambon,
Micaela dos Santos
e Uriel Assis

Os alagamentos em São Gonçalo estão longe de ser novidade. A cada período de chuva forte, bairros inteiros voltam a enfrentar ruas inundadas, perda de móveis, interrupção de serviços e riscos à saúde. O que deveria causar indignação coletiva acabou sendo naturalizado no cotidiano da cidade.

Por trás das enchentes recorrentes estão problemas históricos de infraestrutura, saneamento básico e planejamento urbano e os impactos não atingem toda a população da mesma forma. Em São Gonçalo, os efeitos da crise climática e da precarização urbana recaem principalmente sobre mulheres periféricas.

O debate sobre racismo ambiental ajuda a entender esse cenário. O conceito, desenvolvido pelo químico e ativista norte-americano Benjamin Franklin Chavis Jr., aponta que populações negras, pardas, indígenas e pobres são as mais



AGÊNCIA BRASIL - BRUNO PERES

expostas à degradação ambiental e à ausência de políticas públicas. São também essas populações que vivem majoritariamente em favelas, áreas de encosta, margens de rios e regiões sem saneamento adequado, coleta regular de lixo ou abastecimento eficiente de água.

A ausência de infraestrutura básica afeta diretamente a saúde física e mental dessas moradoras. Mulheres negras e mães solo, maioria em muitos territórios da cidade, lidam com o medo constante de perder a casa, os móveis e até familiares durante tempestades. A ansiedade climá-

tica, tensão permanente provocada pelas mudanças climáticas e pela insegurança ambiental, já faz parte da realidade de muitas famílias gonçalenses.

Quando a chuva cai, o racismo ambiental deixa de ser conceito acadêmico e se transforma em água invadindo casas, la-

ma destruindo documentos e esgoto espalhado pelas ruas. Enquanto regiões mais valorizadas recebem obras de drenagem e revitalização com maior rapidez, bairros periféricos seguem convivendo com canais assoreados, rios poluídos e sistemas precários de escoamento.

Rios como o Alcântara e o Brandoas sofrem há décadas com descarte irregular de resíduos e assoreamento. Em períodos de chuva intensa, bairros como Jardim Catarina, Engenho Pequeno e Salgueiro estão entre os mais atingidos. Em muitos casos, escolas estaduais também sofrem com invasões de água e esgoto, causando a suspensão de aulas e aumento do risco de doenças como leptospirose.

Apesar das ações da Defesa Civil, movimentos sociais apontam que as políticas de prevenção ainda chegam lentamente às áreas periféricas e favelizadas. A crítica também envolve a falta de planejamento urbano que considere raça, renda e gênero na formulação das políticas climáticas.

Nesse cenário, mulheres das periferias vêm construindo redes próprias de proteção e solidariedade. São mães que criam sistemas de alerta em grupos de WhatsApp quando os rios começam a subir, vizinhas que acolhem famílias desalojadas e lideranças comunitárias que pressionam o poder público por obras de drenagem e saneamento. Lideranças comunitárias de bairros como Jardim Catarina, Itaúna, Trindade e Porto da Pedra organizam mutirões, cobram ações do poder público e articulam redes de apoio para famílias atingidas.

Enquanto políticas estruturais seguem insuficientes, são mulheres que mantêm a cidade funcionando nos momentos de crise. Em São Gonçalo, a luta por justiça climática tem rosto, território e protagonismo feminino.

“Algo morreu dentro de mim e ao mesmo tempo nasceu”: mães atípicas denunciam sobrecarga e falta de acesso a direitos em São Gonçalo

Jéssica Telles, Kamily de Carvalho e Letícia de Freitas

Em São Gonçalo, mães atípicas enfrentam dificuldades para garantir cuidados básicos e direitos aos filhos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os relatos apontam obstáculos no acesso a consultas, terapias, medicamentos gratuitos e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), destinado a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

Grande parte dessas famílias é chefiada por mulheres, que denunciam a escassez de atendimento especializado na rede pública. Serviços como neuropediatria, terapia ocupacional, fonoaudiologia e acompanhamento psicológico possuem oferta limitada, gerando longas filas de espera. Segundo as mães, a demora compromete o desenvolvimento das crianças e agrava a sobrecarga familiar.

Além das dificuldades estruturais, as mães relatam impactos emocionais provocados pela rotina intensa de cuidados, pela insegurança financeira e pela ausência de rede de apoio. A combinação entre exaustão, sobrecarga e instabilidade econômica tem levado muitas mulheres ao adoecimento mental.

Moradora do bairro Arsenal, Andréia Santos, mãe de Kayque, de 3 anos, conta que sua vida mudou completamente após o diagnóstico do filho com TEA suporte 2, TDAH e TOD. “Algo morreu dentro de mim e ao mesmo tempo nasceu”, relata. Ao recordar o momento do diagnóstico, Andréia descreve uma ruptura entre a maternidade

Famílias relatam obstáculos para conseguir terapias, medicamentos, e atendimento especializado pelo SUS, acesso ao BPC e rede pública de educação



KAMILY DE CARVALHO

idealizada e a realidade da maternidade atípica. “Morreu a Andréia mãe e nasceu a Andréia mãe atípica.”

Segundo ela, a rotina de terapias, consultas e cuidados altera completamente a organização da vida cotidiana, especialmente para mulheres que precisam conciliar trabalho, renda e cuidado integral. “Tem dias que não posso trabalhar porque preciso levar meu filho para médicos ou terapias. Nem sempre tenho com quem deixá-lo.”

Para Andréia, um dos maiores desafios é garantir acesso contínuo a tratamentos, exames e medicamentos. “Os remédios são caros, os exames também, e ao mesmo tempo não conseguimos trabalhar direito.” Ela questiona ainda a dificuldade de permanência das mães atípicas no mercado de trabalho. “Que empresa vai aceitar que uma mãe precise sair várias vezes por semana para levar o filho em terapias e consultas?”

Outro ponto levantado por Andréia é a dificuldade para conseguir o BPC/LOAS. Mesmo apresentando laudos médicos, exames e receitas, ela afirma que o benefício do filho foi negado três vezes. “O benefício do meu filho foi negado mesmo com documentação médica. Um salário mínimo não cobre todos os gastos, mas ajudaria muito famílias que já vivem sobrecarregadas.”

Diante desse cenário, famílias seguem cobrando ampliação do atendimento especializado, redução das filas de espera, acesso facilitado a medicamentos e mais clareza sobre os direitos garantidos por lei. Enquanto as políticas públicas não chegam de forma efetiva, mães atípicas continuam sustentando, quase sozinhas, a busca diária por cuidado, inclusão e dignidade para seus filhos.

A PEP como parte essencial do acolhimento às vítimas de violência sexual

Informação acessível é indispensável para a prevenção como um direito à proteção, à vida e à dignidade.

Agência Conexão Saúde

O número de registros de violência doméstica, sexual e outras violências cresceu de forma alarmante nos últimos 10 anos. Na região Sudeste, os casos passaram de 72.108, em 2013, para 214.771 em 2023, segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2025 (RASEAM).

No Rio de Janeiro, São Gonçalo está entre os municípios com altos índices de violência de gênero. Dados da Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres apontam



ROGÉRIO CAPELA - PMC

que, apenas no primeiro trimestre de 2024, o Centro Especial de Orientação à Mulher (CEOM) Zuzu Angel realizou quase 600 acolhimentos de mulheres em situação de violência. Já o Observatório Fortalece São Gonçalo registrou taxa de 23,53 crimes sexuais por 100 mil habitantes no município.

A subnotificação ainda é um dos principais desafios. Muitos casos deixam de ser registrados devido à precarização da rede de saúde, ao estigma em torno da violência sexual e à falta de preparo de profissionais para lidar com essas situações.

A legislação brasileira prevê medidas de

proteção às vítimas. A Lei nº 12.845/2013, conhecida como Lei do Minuto Seguinte, garante atendimento imediato, gratuito e sigiloso no SUS, sem necessidade de boletim de ocorrência. Já a Norma Técnica de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual estabelece protocolos de acolhimento, avaliação médica, apoio psicológico e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

Entre essas medidas está a PEP (Profilaxia Pós-Exposição), tratamento de urgência que ajuda a prevenir o HIV após possível contato com o vírus, inclusive em casos de violência sexual. O procedimento consiste no uso de antirretrovirais por 28 dias e deve ser iniciado preferencialmente nas primeiras duas horas após a exposição, com prazo máximo de até 72 horas. Além de reduzir o risco de infecção, a PEP integra o cuidado à saúde física e emocional das vítimas.

EM SÃO GONÇALO - RJ SÃO PORTAS DE ACESSO À PEP OS SEGUINTE LOCAIS:

Polo Sanitário Hélio Cruz

Polo Sanitário Rio do Ouro

Polo Sanitário Washington Luiz Lopes

Polo Sanitário Jorge Teixeira de Lima

Polo Sanitário Paulo Marques Rangel

Clínica da Família Dr Zerbini

Clínica Municipal Gonçalense do Mutondo

Clínica Municipal Gonçalense do Barro Vermelho

Pronto Socorro Central

Pronto Socorro Infantil

UMPA Pacheco

UMPA Nova Cidade

UPA Colubande

* A Agência Conexão Saúde é um projeto da BemTV para ampliação do acesso a informações sobre HIV/aids, tuberculose, hepatites virais, HTLV e outras ISTs.

CAAIDS amplia acesso à prevenção e acolhimento em São Gonçalo

Instituição atua há mais de 30 anos no cuidado, na defesa de direitos e no enfrentamento ao estigma vivido por pessoas com HIV/Aids

Há mais de três décadas atuando em São Gonçalo, o CAAIDS desenvolve ações de acolhimento, prevenção e combate à desinformação sobre HIV/Aids em territórios marcados por desigualdades sociais e dificuldade de acesso à saúde. A instituição atua diretamente com populações vulnerabilizadas, levando informação, escuta e

acompanhamento para pessoas que muitas vezes encontram barreiras no acesso aos serviços públicos.

Criado nos anos 1990, período em que o estigma em torno do HIV/Aids era ainda mais intenso, o CAAIDS acompanha as transformações no debate sobre prevenção e direitos humanos, mas alerta que o preconceito continua presente. Segundo

a instituição, apesar dos avanços no tratamento, no acesso à PrEP e à PEP e na circulação de informações sobre saúde sexual, a desinformação ainda impacta a vida de muitas pessoas.

“Muitas pessoas ainda associam o HIV à culpa, medo ou julgamento moral. O preconceito mudou de forma, mas não acabou. Hoje ele muitas vezes aparece de maneira silenciosa, através da exclusão, do abandono familiar, da dificuldade no acesso ao trabalho e até dentro de alguns serviços”, destaca Flávia Fabiana da Silva, presidente do CAAIDS.

A instituição aponta que questões como desemprego, insegurança alimentar, violência e dificuldade de transporte interferem diretamente no acesso ao diagnóstico e ao tratamento em São Gonçalo. Juventudes periféricas, população negra, pessoas LGBTQIA+ e famílias em situação de vulnerabilidade estão entre os grupos mais afetados.

Além das ações de prevenção, o CAAIDS desenvolve um trabalho baseado no acolhimento e na escuta humanizada, fortalecendo vínculos e contribuindo para a garantia de direitos dentro dos territórios.